



## destaques do mês

### A Presidente Dilma Rousseff anuncia mais cinco concessões de rodovias

A Presidente Dilma Rousseff anunciou que o Governo Federal vai lançar cinco concessões de rodovias e elogiou o modelo firmado com o setor privado, considerado por ela como de "bastante sucesso". Foi anunciada a concessão da ponte Rio-Niterói, cujo contrato de concessão vence em maio de 2015. Também será concedido o trecho da BR-163/230 que passa por Mato Grosso e Pará (entre Sinop e o Porto de Miritituba). Dois trechos da BR-364 foram anunciados. Um trecho BR-364/060 e o que liga Goiânia e Minas Gerais. Finalmente, a presidente indicou que a BR-476 entre o Paraná e Santa Catarina também será concedida. As concessões fazem parte do Programa de Investimento em Logística do governo. Nessa nova etapa serão concedidos, no total, 2,6 mil km. Desses, 2,3 mil km serão de duplicações. Ao todo, os investimentos serão de R\$ 17,8 bilhões. (31.01.2014 - Exame e G1)

### Eletrobras deverá fazer ressarcimento à conta da RGR

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL determinou à Eletrobras o ressarcimento à conta da Reserva Global de Reversão - RGR do montante de R\$ 1,9 bilhão, decorrente de amortizações do saldo devedor de financiamentos que não foram transferidos à conta. Também foi determinado o ressarcimento do montante de R\$ 113 milhões decorrentes de apropriação dos encargos durante os anos de 1998 a 2011. A Agência afirma que a Empresa usou dinheiro de juros e amortizações de empréstimos da RGR como recursos próprios, sob o risco de ter coberto "despesas correntes", como folha de pagamento e aluguéis. (17.01.2014 - Excelência Energética e 03.02.2014 - Valor Econômico)

### Saída pelo Norte reduzirá em 34% o custo de frete

A alternativa de escoamento de grãos que se desenha para os próximos anos, pelo Norte do País, poderá ter um impacto significativo no custo do frete para os produtores rurais do Centro-Oeste. A expectativa do setor é de uma redução média da ordem de 34% no custo do transporte da safra 2015/16, frente aos preços de hoje, uma vez que boa parte da colheita passará a ser levada pela BR-163 ou pelo rio Tapajós até os portos de Santarém e Vila do Conde, no Pará. Mais que isso: ao sair pelo Norte, o milho e a soja brasileiros poderão ser levados à Ásia pelo Canal do Panamá, ao invés de contornar a África, o que diminuiria em quatro dias o trajeto de ida e volta à China e em 20% o custo com transporte marítimo. Dentro do território brasileiro, a nova rota de escoamento pelo Pará representará menos quilômetros rodados, fator que mais pesa na composição de preços do frete. Tomando-se como ponto de partida o Município de Sorriso - importante polo de produção agrícola de Mato Grosso - isso significa uma economia de 700 a mil km de estrada, quando comparada à distância até

## painel

#### ■ ANP abre audiência pública sobre combustíveis

Foi aberta audiência pública sobre as especificações dos combustíveis destinados ao uso aquaviário, óleo diesel marítimo e óleo combustível marítimo. As contribuições poderão ser enviadas até 03/mar/2014. Mais informações: [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)

#### ■ Audiência pública sobre a concessão da UHE Três Irmãos

Foi aberta pela ANEEL audiência pública sobre a licitação para outorga de concessão da UHE Três Irmãos. As contribuições poderão ser enviadas até 17/fev/2014. Mais informações: [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

#### ■ ANEEL abre audiência pública sobre o cálculo de custo de capital para a remuneração das instalações de geração de energia elétrica em regime de quotas

Foi aberta audiência pública sobre o cálculo de custo de capital para a remuneração das instalações de geração de energia elétrica em regime de quotas. As contribuições poderão ser enviadas até 28/fev/2014. Mais informações: [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

os portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR). "Na safra 2012/13, o valor médio do frete ficou em US\$ 133 por tonelada para Santos e Paranaguá, e a nossa projeção é que esse valor fique em cerca de US\$ 88 por tonelada com o embarque via Pará, no momento em que os terminais da Região estiverem em funcionamento pleno", diz Edeon Vaz Ferreira, Diretor-Executivo do Movimento Pró-Logística de Mato Grosso, formado por dez instituições, entre elas Aprosoja, Acrimat e Famato. "Considerando os benefícios que a BR-163 trará, o produtor teria um ganho de R\$ 3,00 por saca só com a economia no frete". (23.01.2014 - Valor Econômico)

## **Energia armazenada nos reservatórios do País volta a cair em janeiro**

Sem grandes chuvas em janeiro, o nível dos reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste voltou a cair após um mês de recuperação, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. No dia 30 de janeiro, último dado disponível, as hidrelétricas das regiões tinham 40,6% de sua capacidade de armazenamento de água, uma queda de 3 pontos percentuais com relação ao mês anterior. O volume, porém, ainda é superior ao verificado em janeiro de 2013. (03.02.2014 - Brasil Econômico)

## **Índice de atraso é alto em projetos de geração e transmissão**

Números do Governo Federal sobre o atual estágio das obras do setor elétrico indicam que boa parte dos projetos de geração e transmissão está com índices elevados de atraso. O balanço foi divulgado pelo Ministério de Minas e Energia. No setor de geração, 64% das usinas descumpriram o cronograma original em oito meses, em média. Esses projetos integram o conjunto de 370 novas usinas em construção, que respondem pela potência de 36 mil MW. (21.01.2014 - Valor Econômico)

## **Atrasos nas obras podem elevar custo de ferrovias em até R\$ 1 bilhão**

No fim do ano passado, todos os consórcios que atuam nos lotes da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) entregaram pedidos de reequilíbrio financeiro de seus contratos. A fatura extra pode ultrapassar a marca de R\$ 500 milhões. Problemas observados nos estudos de engenharia contratados para a obra e complicações com licenciamento ambiental e processos de desapropriações geraram a necessidade de reequilíbrio financeiro dos contratos. No fim de 2012, com o avanço pífiio verificado nas obras, a Valec renovou os contratos da Fiol por mais 19 meses. Não bastou. O novo prazo acaba em junho deste ano, sem que haja sequer trilhos disponíveis para instalar na ferrovia baiana, nem mesmo previsão de quando eles chegarão. Restou às construtoras apresentar a conta parcial à Valec, à qual pedem reajustes que variam entre 15% e 20% em relação ao valor original dos contratos. Isso significa que o orçamento da Fiol, que começou em R\$ 4,3 bilhões, já se aproxima dos R\$ 5 bilhões. Os reajustes de preço da Fiol somam-se às obras extras que a Valec precisa fazer na Ferrovia Norte-Sul, para conclusão do trecho que liga Palmas, em Tocantins, a Anápolis, em Goiás. No ano passado, os cálculos feitos pela Estatal apontaram que seria

preciso gastar pelo menos R\$ 430 milhões adicionais para consertar as falhas e concluir obras remanescentes do traçado. Isso significa, portanto, que aproximadamente o valor de R\$ 1 bilhão, não previsto inicialmente, terá de ser sacado dos cofres públicos para tentar colocar as duas ferrovias no prumo. (27.01.2014 - Valor Econômico)

## **Brasil deve duplicar a produção de petróleo até 2020, diz Presidente da Petrobras**

A Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, afirmou que o Brasil vai se tornar o sexto maior produtor mundial de petróleo, devendo dobrar sua produção até 2020 e triplicar até 2035. A executiva disse ainda que a produtividade é boa no pré-sal e que o custo da exploração é "muito bom", de US\$ 54 por barril. Segundo Graça, a Petrobras investirá US\$ 236 bilhões nos próximos cinco anos - sendo 95% destinados ao Brasil, em razão de inclusão social e aumento de renda. A produção viria da Petrobras e de 68 outras companhias que exploram petróleo no País. A expectativa é que, até 2020, o País possa dobrar a produção atual de 2 milhões de barris por dia, passando a 6 milhões de barris até 2035. Conforme Graça Foster, o Brasil só ficará atrás da Arábia Saudita, Estados Unidos, Rússia, Iraque e Canadá. (23.01.2014 - Valor Econômico)

## **Calado do porto de Santos é reduzido**

Duraram pouco os benefícios da dragagem do porto de Santos, obra que recebeu uma verba de R\$ 200 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No início desta semana, a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) reduziu em quase um metro o calado máximo operacional permitido na entrada do porto, o chamado trecho 1 - o que impacta a movimentação em todo o canal. O motivo é o assoreamento. Com a limitação, o calado máximo dos navios que acessam Santos caiu de 13,2 metros para 12,3 metros. Na maré cheia, é permitido o acréscimo de um metro. (23.01.2014 - Valor Econômico)

## **Grupos aguardam decisão sobre três rodovias**

Dos nove lotes de rodovias anunciados pela Presidente Dilma Rousseff em agosto de 2012 no Programa de Investimentos em Logística - PIL, cinco foram leiloados em 2013 e um deve ser licitado em breve. Sobre os três restantes, o interesse das empresas se mostrou baixo e o Governo Federal ainda não definiu oficialmente como os investimentos sairão do papel. Um dos trechos sem decisão oficial é o da rodovia BR-262 - que chegou a ir a leilão, mas não atraiu nenhum interessado, gerando um grande constrangimento ao Governo. Entre as reclamações dos potenciais investidores do setor está o fato de que as obras dessa rodovia terão de ser feitas em região de serra. Por isso, apresentam engenharia complexa e com vários riscos de encarecimento em relação ao inicialmente previsto. Ainda compõem a lista das rodovias "remanescentes" um trecho de 772 km da BR-101 na Bahia e um trecho de 816 km da BR-116 em Minas Gerais. (21.01.2014 - Valor Econômico)

## Setor de Telecomunicações atravessou 2013 em ritmo de investimento mais acelerado

Projetos de expansão de redes, ampliação de cobertura e melhoria da qualidade dos serviços mantiveram ritmo acelerado de expansão dos investimentos do setor de telecomunicações no Brasil nos três primeiros trimestres de 2013, após o recorde de aplicações registrado em 2012. A expectativa da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil) é que o valor total dos investimentos do setor em 2013 tenha superado as aplicações de 2012, da ordem de R\$ 25,8 bilhões, 13% a mais ante 2011. Levantamento da instituição aponta que, até setembro de 2013, as prestadoras de serviços de telecomunicações que atuam no País já haviam investido R\$ 17,6 bilhões, contra R\$ 16,5 bilhões em igual período do ano anterior. Nos últimos 15 anos, as prestadoras privadas investiram R\$ 303 bilhões, incluindo o pagamento de outorgas. (04.02.2014 - Valor Online)

## O Ministro Lobão diz que custo de acionar usinas térmicas será mínimo

O Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou que o uso de usinas térmicas não causará impacto imediato nos preços da energia aos consumidores e descartou risco de apagão. Lobão afirmou que a chance de haver desabastecimento é "zero". Com a alta no consumo de energia e a queda no nível dos reservatórios de hidrelétricas, houve aumento também no uso das térmicas, o que pressiona o caixa das distribuidoras. Outra pressão vem do mercado livre de energia. O preço alcançou R\$ 822 este mês e o setor estima que contas de luz podem subir até 10%. O Ministro garantiu, porém, que o Governo está estudando uma forma de evitar que essa fatura seja repassada aos consumidores. Segundo ele, se houver algum impacto para a população, será mínimo. O Ministro disse que o Governo está acompanhando de perto a situação dos reservatórios e que pode recorrer, novamente, a aporte de recursos do Tesouro no setor elétrico para cobrir os gastos mais altos com o uso das termelétricas. (04.02.2014 - O Globo)

## Subsídio tarifário precisa sair até março, alerta ANEEL

As distribuidoras de energia elétrica aguardam um posicionamento para saber se o Governo Federal vai subsidiar novamente as tarifas, como já fez no ano passado, para evitar que os gastos com o despacho das usinas térmicas onerem a conta de luz dos consumidores. O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Romeu Rufino, afirmou que o Governo terá que definir a situação dos reajustes tarifários das distribuidoras de energia até março. Isso porque, até fevereiro, as empresas ainda vão receber recursos provenientes de alocações feitas em 2013, quando o Tesouro injetou R\$ 9,8 bilhões no setor, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para cobrir as contas extraordinárias com a geração térmica e o aumento dos preços no mercado de curto prazo. "Não podemos deixar que as distribuidoras quebrem", disse Rufino. Segundo o diretor da ANEEL, alternativas estão sendo analisadas para resolver o rombo nas contas das empresas. Se o Tesouro Nacional não for acionado novamente, o setor teria de repassar os reajustes diretamente para a conta de luz do consumidor, por meio de uma revisão extraordinária das tarifas. (05.02.2014 - Valor Econômico)

# 1. Energia Elétrica

## 1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

### Previsão para Entrada em Operação (MW)

**Previsão para Entrada em Operação (em MW)**  
de 15 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2017

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	705	3.163	3.630	4.665	3.667	15.829
Otimista	705	3.163	3.630	4.755	3.931	16.183

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	96	1.693	425	0	50	2.264
Otimista	96	1.797	582	100	60	2.635

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	77	3.910	1.082	45	0	5.114
Otimista	77	4.631	3.828	1.968	360	10.864

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	878	8.766	5.137	4.710	3.717	23.207
Otimista	878	9.590	8.040	6.823	4.351	29.681

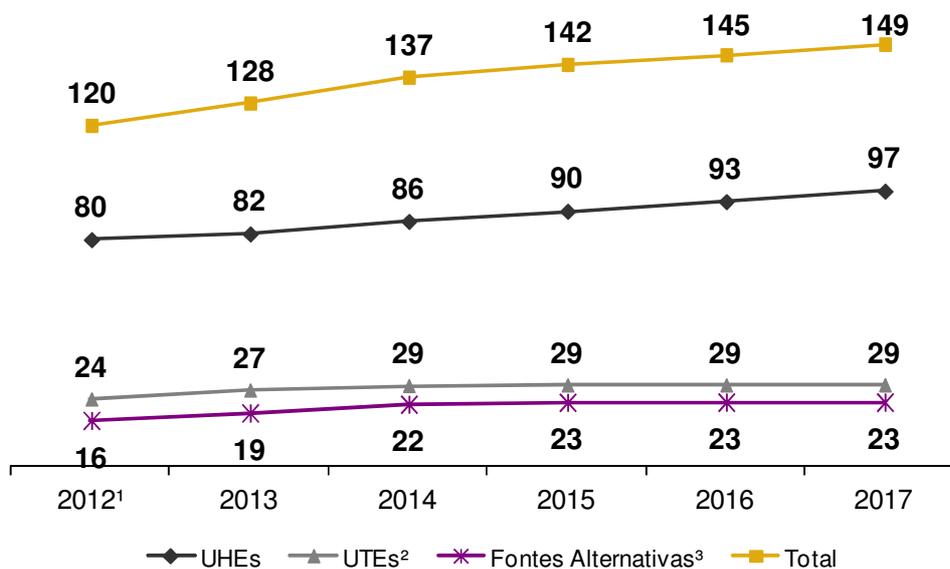
Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)  
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação  
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

\*Inclui as participantes e as não-participantes do Programa Prioritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 4,1% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2017.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 29,7 mil MW no período 2013-2017. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 5,3% ao ano.

### Previsão da Capacidade Instalada\* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

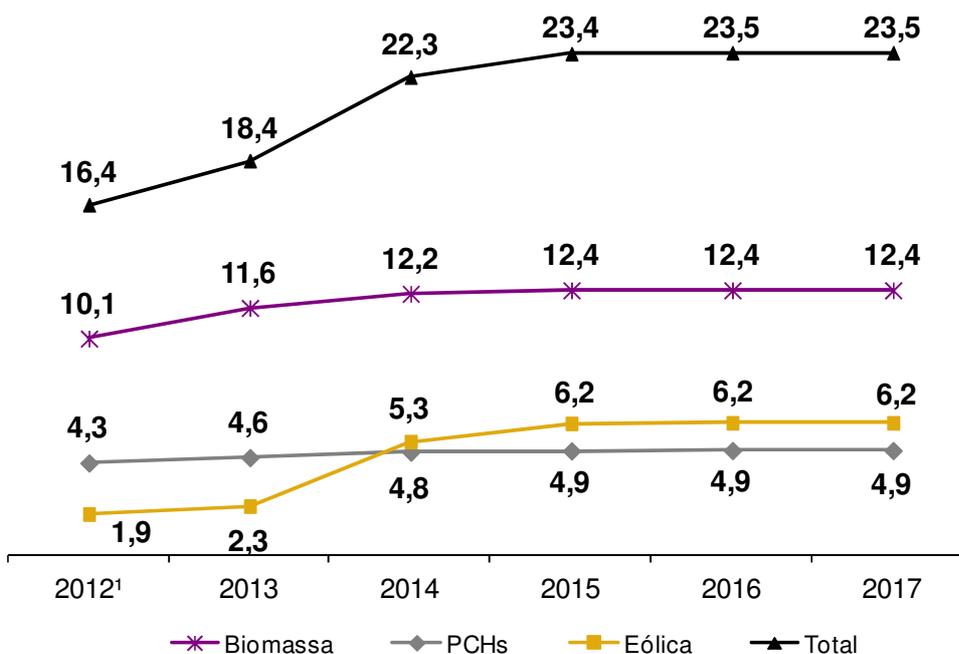
<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2012.

<sup>2</sup> UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

<sup>3</sup> PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

\* Exclui Centrais Nucleares.

### Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2012.

Entre 2012 e 2017, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 21% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 20% no mesmo período. Em dezembro de 2012, a participação das UHEs foi de 66% na matriz elétrica nacional e deve cair para 65% até 2017. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 20% em 2012 para 19% em 2017.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2017.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2017, passará de 2% para 4%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2013, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 5,5% e 2,1%.

### 1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 16,2 mil MW de UHEs até 2017. Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2017, Cachoeira Caldeirão (AP) apresenta restrição de contratação de 219 MW e São Roque (SC) com restrição de contratação de 135 MW. No cenário conservador, 15,8 mil MW devem entrar em operação até 2017.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 2,6 mil MW até 2017, sendo que cerca de 2,3 mil MW (88%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

As usinas hidrelétricas de Santo Antônio agregarão na capacidade instalada do SIN uma potência de 6.900 MW, sendo 3.150 MW em Santo Antônio (44 unidades geradoras) e 3.750 MW em Jirau (50 unidades geradoras), com previsão de motorização plena em 2016.

As primeiras unidades geradoras da UHE Santo Antônio (casa de força da Margem Direita) foram integradas ao sistema Acre - Rondônia em março de 2012, através de um Transformador Provisório 500/230 kV – 465 MVA. A integração da estação conversora Back-to-Back ao SIN ocorreu em março de 2013. Em 29 de novembro de 2013 foi iniciada a operação do 1º Bipolo, na configuração monopolar com retorno metálico, que permitirá a injeção de até 1.100 MW, sendo 700 MW diretamente no sistema Sudeste (subestação de Araraquara 2) e até 400 MW através do Transformador Provisório 500/230 kV, para atendimento ao sistema Acre – Rondônia. Até o momento, foram comissionadas 16 unidades geradoras – UGs da UHE Santo Antônio e 1 unidade geradora da UHE Jirau, e 13 delas encontram-se atualmente disponíveis para operação (12 UGs na UHE Santo Antônio e 1 UG na UHE Jirau).

A partir de fevereiro de 2014, com a finalização dos testes dos *Generator Station Coordinators* (GSC), equipamentos instalados nas referidas usinas e responsáveis pela transmissão de informações entre as usinas e o sistema de corrente contínua e pela integração de um maior número de unidades geradoras no Complexo Madeira, será possível utilizar a capacidade plena do 1º Bipolo, ou seja, 3.150 MW, a depender da geração disponível no Complexo do Madeira.

### 1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 341 MW de potência adicional até 2017. Já no cenário otimista, até 2017, devem entrar em operação um total de 1,9 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW.

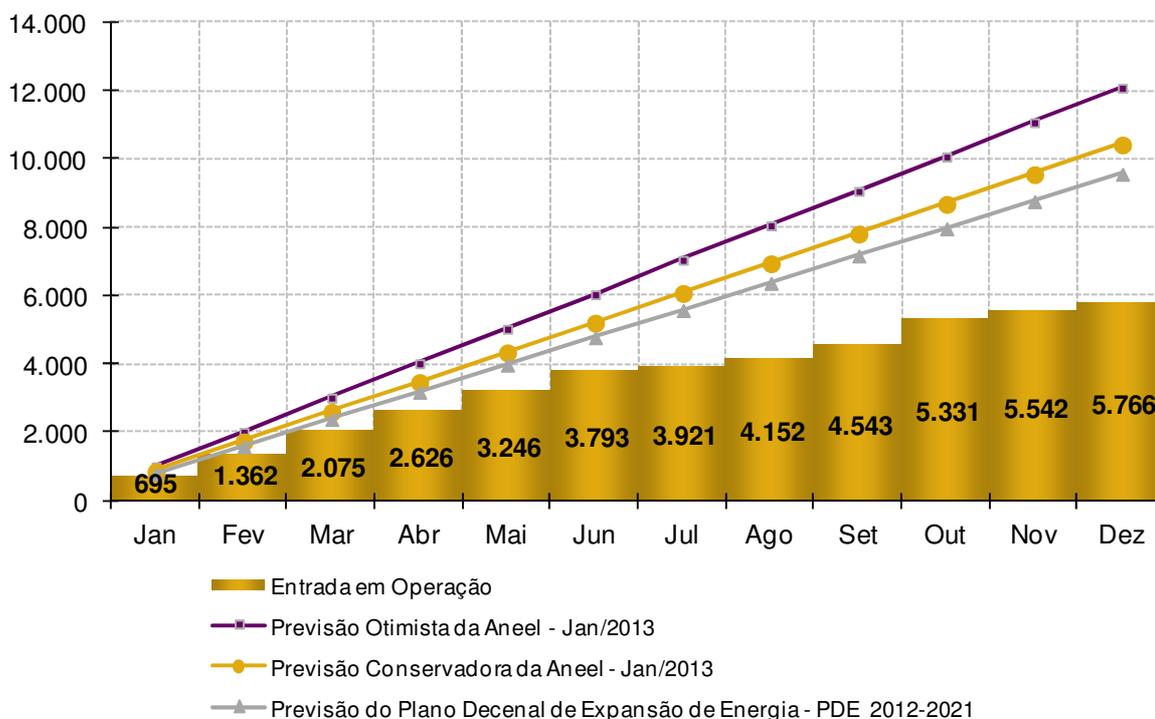
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 825 MW até 2017. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,7 mil MW para o mesmo período. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 7,3 mil MW, apenas 53% da potência (3,9 MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2017.

### 1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

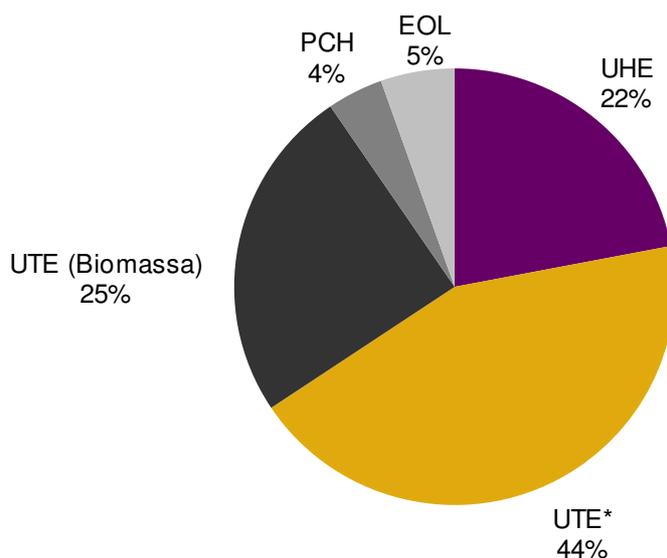
Expansão da Capacidade de Geração em 2013 (MW)  
De 1º de janeiro a 15 de dezembro de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2013, até 15 de dezembro, entraram em operação 5,8 mil MW. Desse total, as UTEs representaram 44% da potência total que entrou em operação. As UTEs de Biomassa representaram 25% da potência total instalada, as UHEs representaram 22%, as PCH e as EOL representaram, respectivamente, 4% e 5% da capacidade instalada no período.

### Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de dezembro de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

\* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

## 1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em dezembro de 2013, 39.598 GWh, apresentando um valor 5% superior ao observado em dezembro de 2012 e um valor 3% superior no acumulado do ano.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 15.301 GWh, valor 3% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, o consumo foi similar ao observado no mesmo período do ano anterior. O consumo industrial de energia elétrica representou 39% do total fornecido a consumidores livres e cativos em dezembro de 2013.

De acordo com a EPE, o consumo de energia elétrica em 2013 atingiu taxas de crescimento modestas refletindo a baixa atividade de setores eletrointensivos. A retração da produção de alumínio e da extração de minério de ferro representou o maior impacto no baixo crescimento observado.

## Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Dezembro 2012	Dezembro 2013	Var. %	Jan-Dez 2012	Jan-Dez 2013	Var. %
Residencial	10.133	10.675	5	117.612	124.862	6
<b>Industrial</b>	<b>14.839</b>	<b>15.301</b>	<b>3</b>	<b>183.707</b>	<b>184.276</b>	<b>0</b>
Comercial	7.080	7.585	7	79.266	83.709	6
Outras	5.712	6.037	6	67.816	70.432	4
<b>Total</b>	<b>37.764</b>	<b>39.598</b>	<b>5</b>	<b>448.401</b>	<b>463.279</b>	<b>3</b>

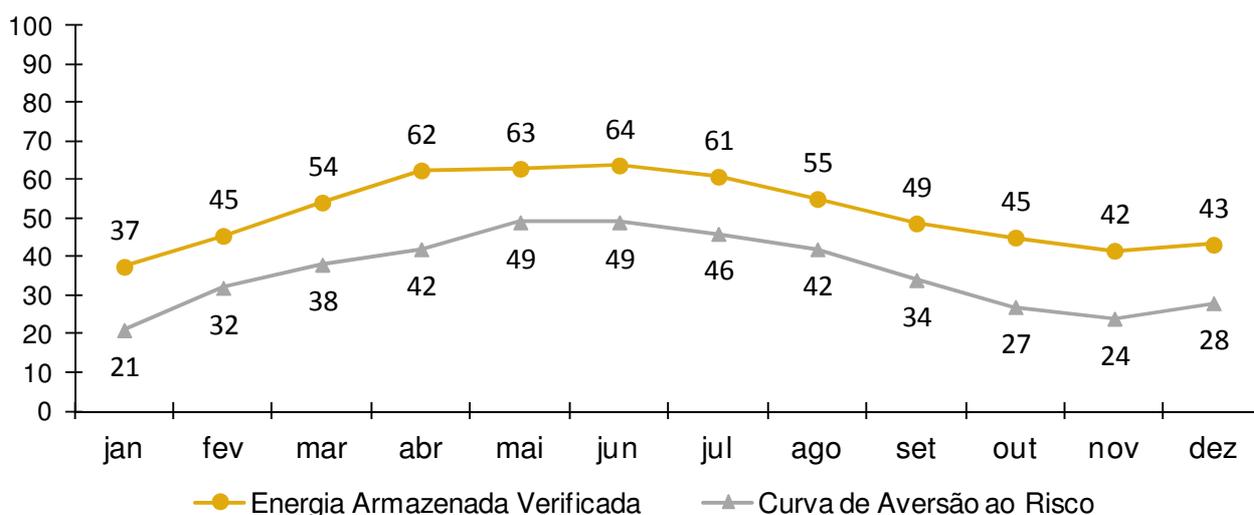
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

### 1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

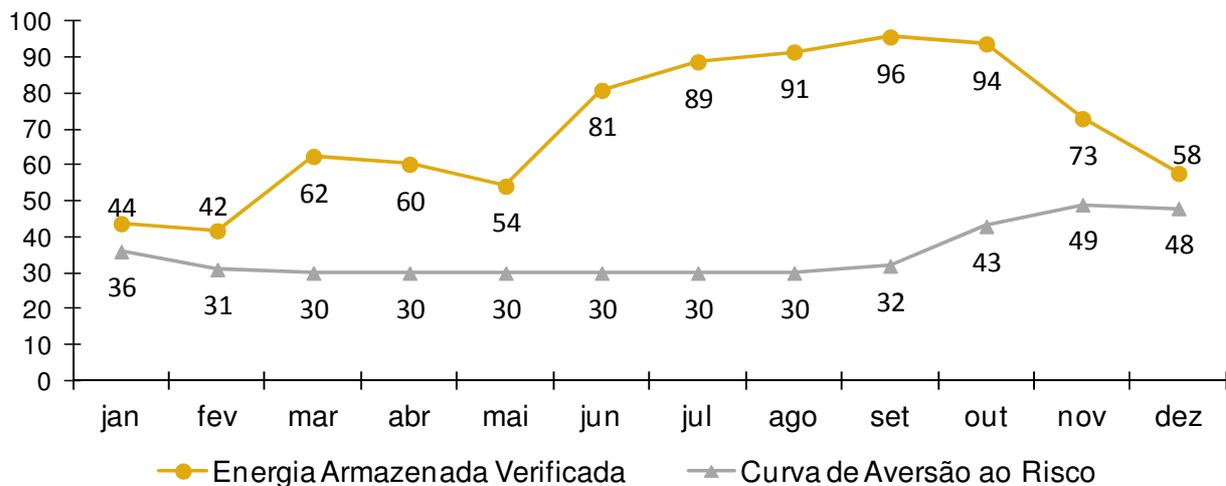
No ano passado, o nível de energia armazenada verificado na Região Nordeste havia se aproximado da Curva de Aversão ao Risco desde julho de 2013. A Região Sul apresentou queda de 15 pontos percentuais no nível de energia armazenada se aproximando da curva. Ou seja, essas regiões apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprido por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

### Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2013 Sudeste e Centro-Oeste (%)



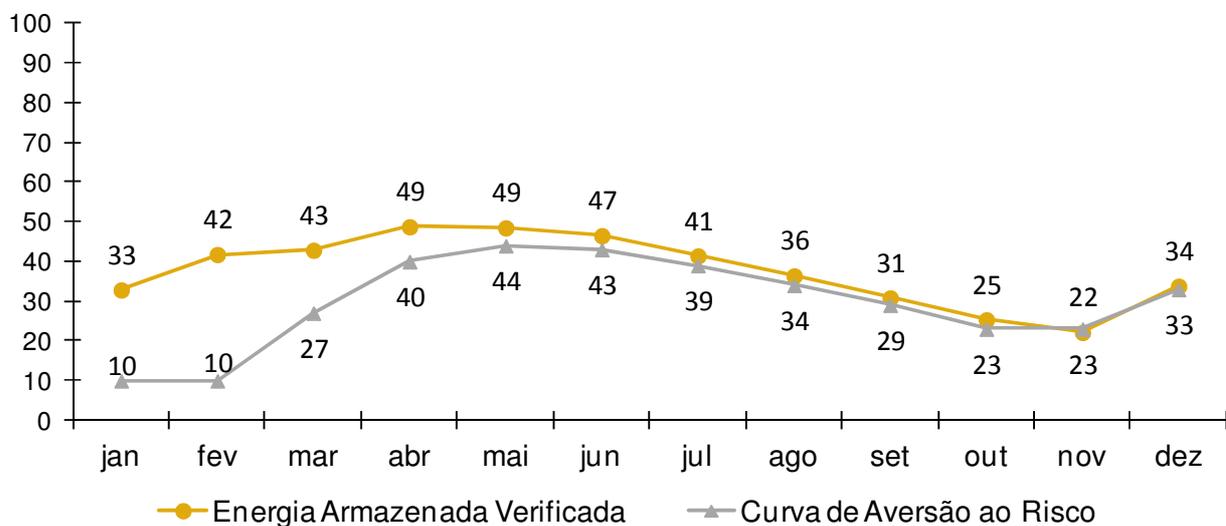
Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

### Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2013 Sul (%)



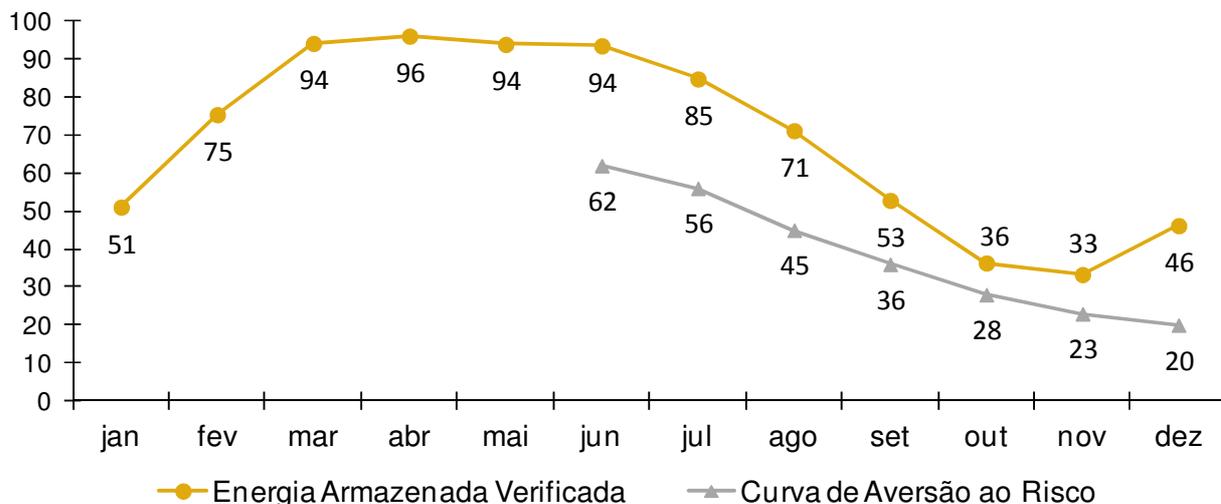
Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

### Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2013 Nordeste (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

## Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2013 Norte\* (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

\* A Curva Bianaual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das afluições do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte – 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.

### 1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2014, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 15,62 e R\$ 822,83/MWh.

Na primeira semana de fevereiro, o PLD foi similar para todas as Regiões e Tensões em R\$ 822,83/MWh, o valor máximo previsto pela CCEE. Em comparação a semana anterior, o PLD cresceu, aproximadamente, 70%. Esse aumento foi causado pela redução do nível de armazenamento dos reservatórios observado em janeiro e no começo de fevereiro de 2014.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)**  
**Semana 1 - Fevereiro 2014 (Período: 01/02/2014 a 07/02/2014)**

Tensão	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	822,83	822,83	822,83	822,83
Média	822,83	822,83	822,83	822,83
Leve	822,83	822,83	822,83	822,83

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga - leve, médio e pesado, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões.

O mês de janeiro de 2014 apresentou um PLD entre R\$ 364,80/MWh e R\$ 379,35/MWh. Esses valores representaram uma queda entre 7% e 11% quando comparados aos preços no mercado atacadista observados em janeiro de 2013.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)**  
**Mensal**

Região	Janeiro 2014	Janeiro 2013	Variação (%)
Sudeste/Centro-Oeste	378,22	414,0	-8,6
Sul	378,22	414,0	-8,6
Nordeste	379,35	409,8	-7,4
Norte	364,80	409,8	-11,0

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

## 2. Petróleo

### 2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de dezembro de 2013, foi de 68 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume similar ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção de petróleo foi 2% inferior.

O grau API médio do petróleo produzido em dezembro de 2013 foi de aproximadamente 24,6°, sendo que 11% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 60% foi considerada óleo médio (entre

22°API e 31°API) e 29% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

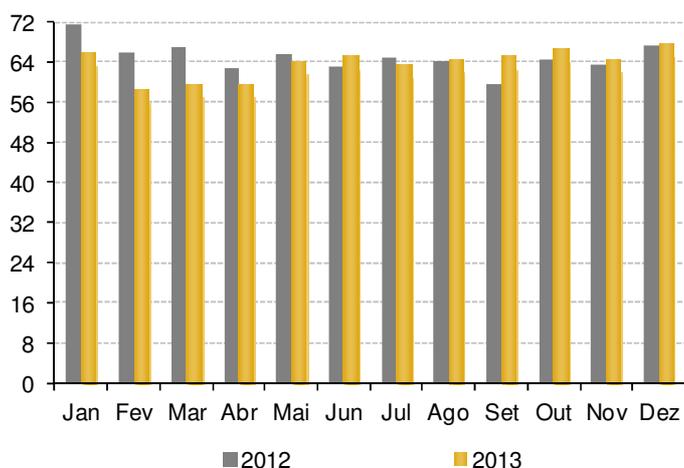
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em dezembro de 2013, foi de 63 milhões de bep. Esse volume foi 1% superior ao observado em dezembro de 2012. No acumulado do ano, o processamento foi 6% superior.

De acordo com a ANP, em dezembro de 2013, cerca de 92% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em dezembro de 2013, foi de 20 milhões de bep, valor 16% inferior ao exportado em dezembro de 2012. No acumulado do ano, a queda foi de 31%. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os motivos para o recuo das vendas externas do petróleo são queda na produção e aumento do consumo interno do produto.

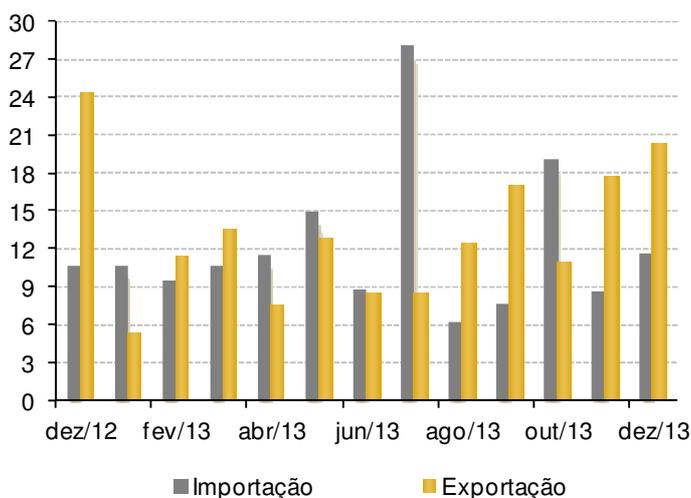
O preço médio do petróleo importado pelo País, em novembro de 2013, foi de US\$ 119,93/barril, valor 1% superior ao observado em dezembro de 2012.

**Produção Nacional de Petróleo**  
(milhões bep)



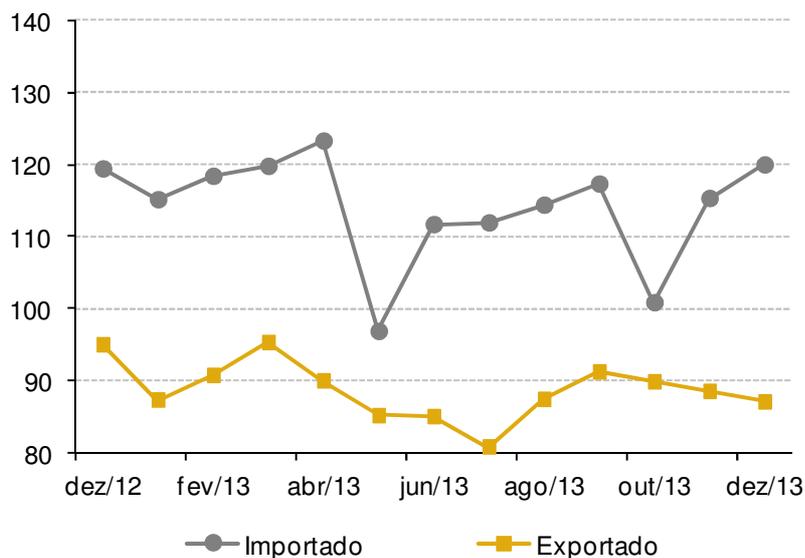
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação vs. Exportação de Petróleo**  
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

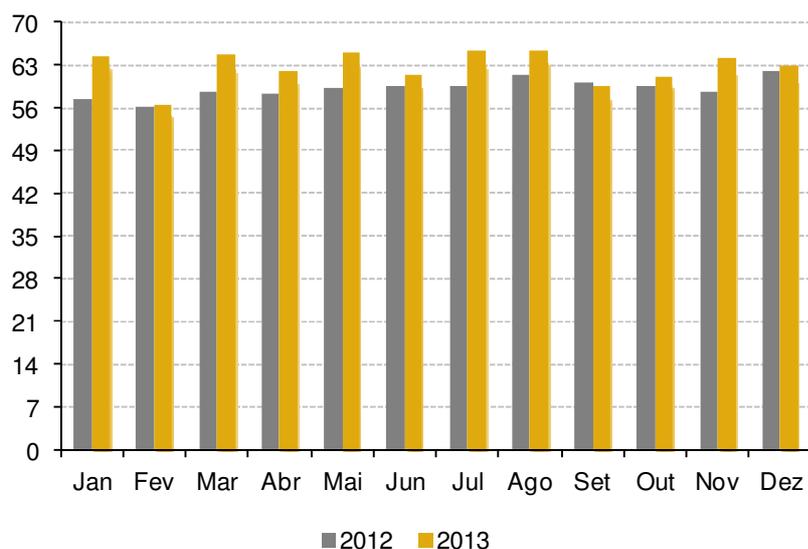


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

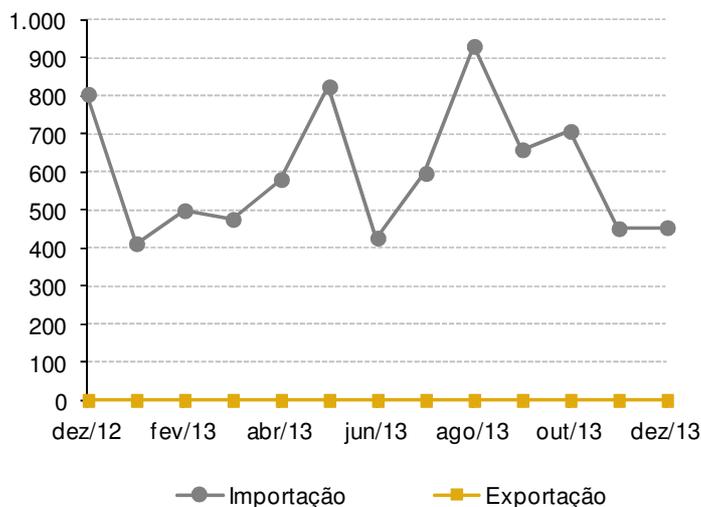
Em dezembro de 2013, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 63 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m<sup>3</sup>), volume 1% superior ao produzido em dezembro de 2012. No acumulado do ano, o crescimento foi de 6%.

### Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



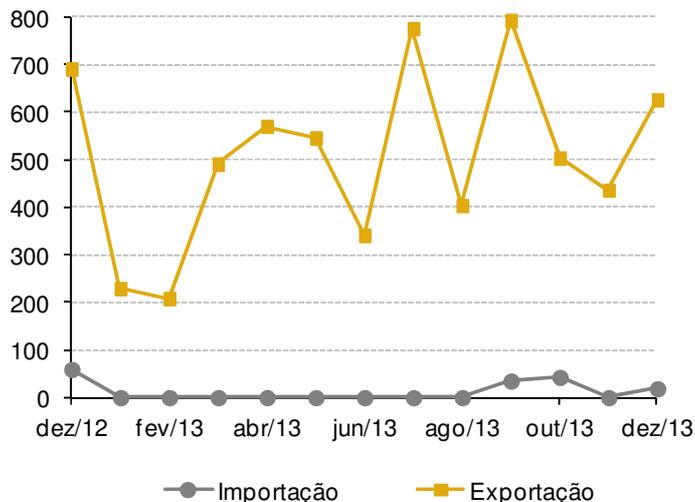
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação e Exportação de Nafta (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m<sup>3</sup>)

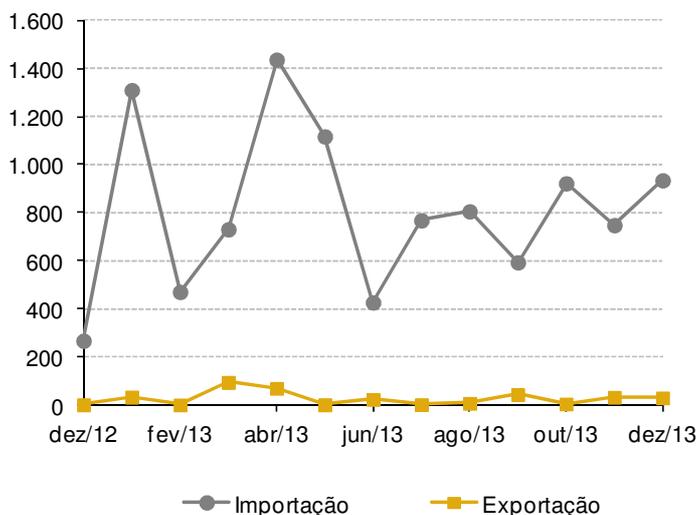


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em dezembro de 2013, foi de 14 milhões bep, valor 34% superior ao registrado em dezembro do ano anterior. No acumulado do ano, a importação de derivados de petróleo apresentou um crescimento de 13%.

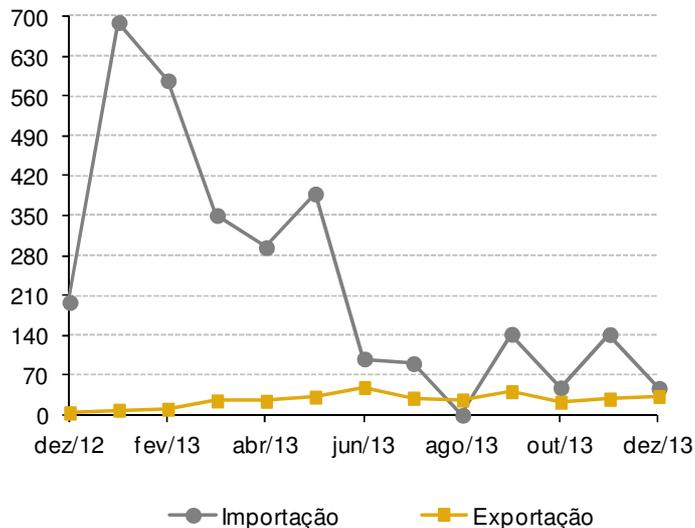
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em dezembro de 2013, foi constatado um total de 8 milhões bep, o que representa um volume 7% inferior ao mesmo mês de 2012. O volume foi 5% inferior na análise do acumulado do ano comparada ao mesmo período do ano anterior.

### Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação e Exportação de Gasolina (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 2.3. Dependência Externa (ANP).

Em dezembro de 2013, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 4% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a exportação de petróleo e derivados foi 3 milhões de bep superior à importação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 65 milhões de bep. Em dezembro de 2012, a dependência externa foi negativa em 22%. No acumulado do ano de 2013, foi observada uma dependência de 10%. No mesmo período do ano anterior, a dependência havia sido negativa em 4%.

#### Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Dezembro/2012	Jan-Dez/2012	Dezembro/2013	Jan-Dez/2013
Produção de Petróleo (a)	68	781	68	765
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-14	-98	-9	0
Imp. Líq. de Derivados (c)	2	58	6	83
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	56	741	65	848
Dependência Externa (e)=(d-a)	-12	-40	-3	83
<b>Dependência Externa (%) (e)/(d)</b>	<b>-22</b>	<b>-5</b>	<b>-4</b>	<b>10</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 2.4. Balança Comercial (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em dezembro de 2013, apresentou saldo de US\$ -426 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 426 milhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 467 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 13 bilhões FOB.

#### Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Dezembro/2012	Jan-Dez/2012	Dezembro/2013	Jan-Dez/2013
<b>Petróleo</b>				
Receita com exportação (a)	2.311	20.306	1.771	12.957
Dispêndio com importação (b)	1.264	13.448	1.385	16.463
Balança Comercial (c)=(a-b)	1.047	6.857	386	-3.507
<b>Derivados</b>				
Receita com exportação (d)	856	10.827	778	9.942
Dispêndio com importação (e)	1.167	18.151	1.590	19.600
Balança Comercial (f)=(d-e)	-311	-7.324	-812	-9.659
<b>Petróleo e Derivados</b>				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	3.167	31.133	2.549	22.898
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.430	31.600	2.975	36.064
Balança Total (i)=(g)-(h)	737	-467	-426	-13.165

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

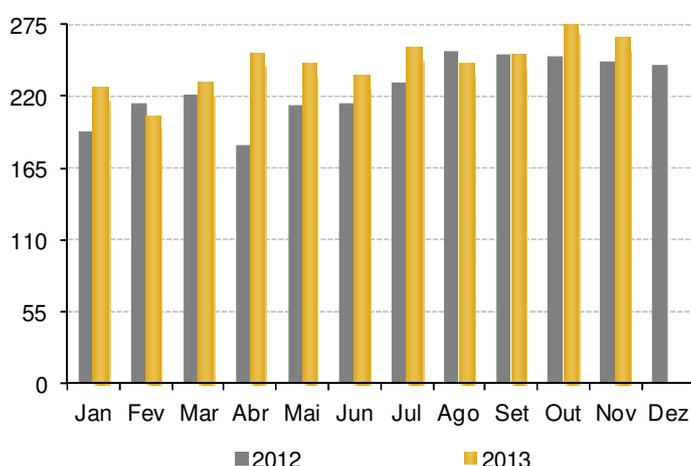
### 3. Biocombustíveis

#### 3.1. Produção de Biodiesel (ANP).

A produção nacional de biodiesel, em novembro de 2013, foi de 265 mil m<sup>3</sup>, montante 8% superior ao produzido em novembro de 2012. No acumulado do ano, a produção foi 9% superior.

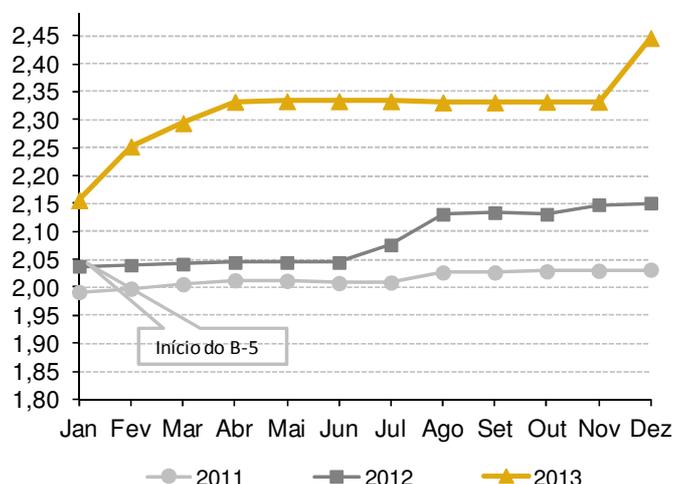
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em dezembro de 2013, foi de R\$ 2,45/ℓ, valor 14% superior ao observado em dezembro de 2012.

Produção de Biodiesel  
(mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5  
(R\$/ℓ)\*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

\* B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

#### 3.2. Álcool

##### 3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2013/2014 produziu, até o dia 31 de dezembro de 2013, 27.178 mil m<sup>3</sup> de álcool, sendo 15.687 mil m<sup>3</sup> referentes à produção de álcool etílico hidratado (58%). Em relação ao mesmo período da safra 2012/2013, houve um aumento de 17% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 19% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

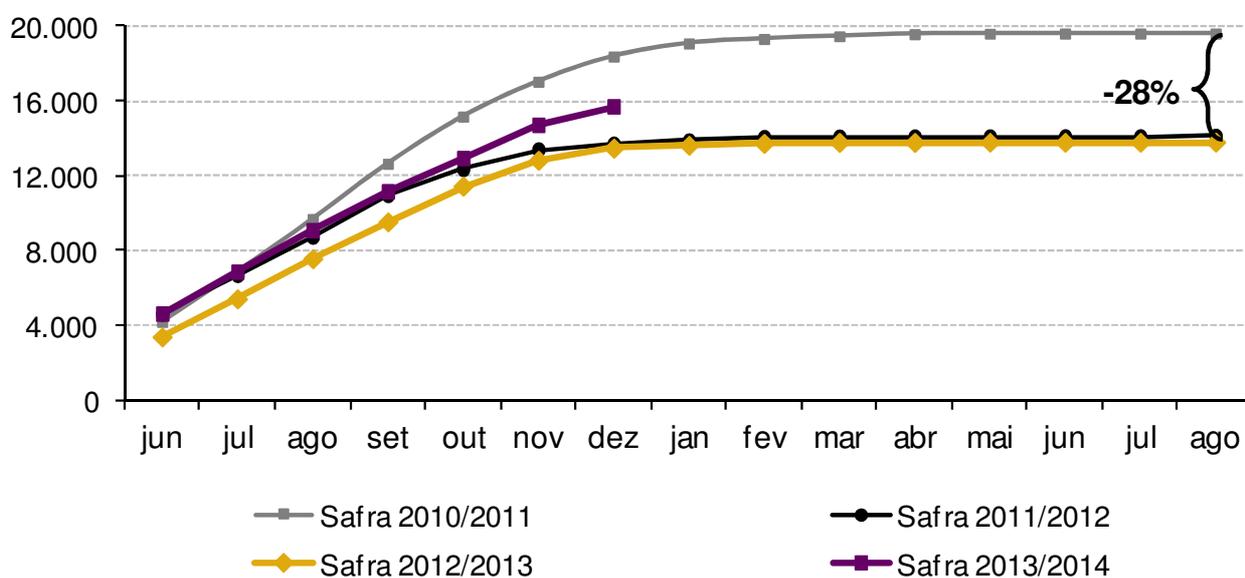
A produção de açúcar apresentou queda. Até 31 de dezembro de 2013, produziu-se 36 milhões de toneladas de açúcar, volume 3% inferior ao observado no mesmo período da safra 2012/2013.

## Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2012/2013 (até 31 de dezembro de 2012)	Safra 2013/2014 (até 31 de dezembro de 2013)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m <sup>3</sup> )	9.390	11.491	22
Álcool Hidratado (mil m <sup>3</sup> )	13.453	15.687	17
<b>Total Álcool (mil m<sup>3</sup>)</b>	<b>22.843</b>	<b>27.178</b>	<b>19</b>
<b>Açúcar (mil ton)</b>	<b>36.919</b>	<b>35.876</b>	<b>-3</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

### Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

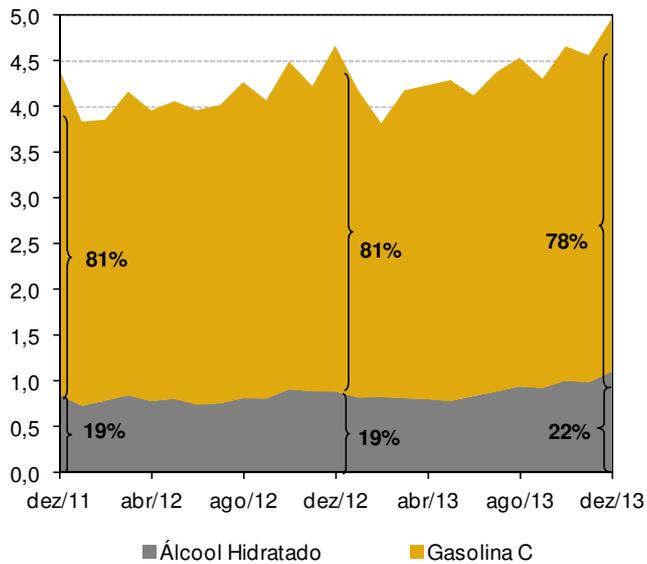
### 3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,1 milhão m<sup>3</sup> em dezembro de 2013. Esse número representa um aumento de 24% em relação ao volume vendido em dezembro de 2012. No acumulado do ano, as vendas foram 10% superiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

Proporcionalmente, as vendas de álcool passaram de 19% do universo de vendas do álcool e da gasolina em dezembro de 2012 para 22% em dezembro de 2013. Acredita-se que a expansão nas vendas do álcool etílico hidratado seja causada pelo aumento no preço da gasolina fazendo com que a demanda transite de um produto para outro.

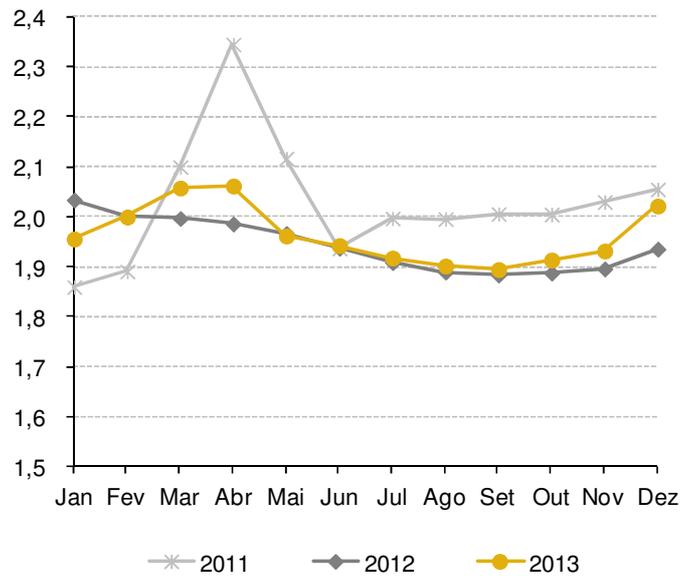
Em dezembro de 2013, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,02/l, valor 4% superior ao registrado em dezembro de 2012.

### Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C<sup>1</sup> (milhão m<sup>3</sup>)



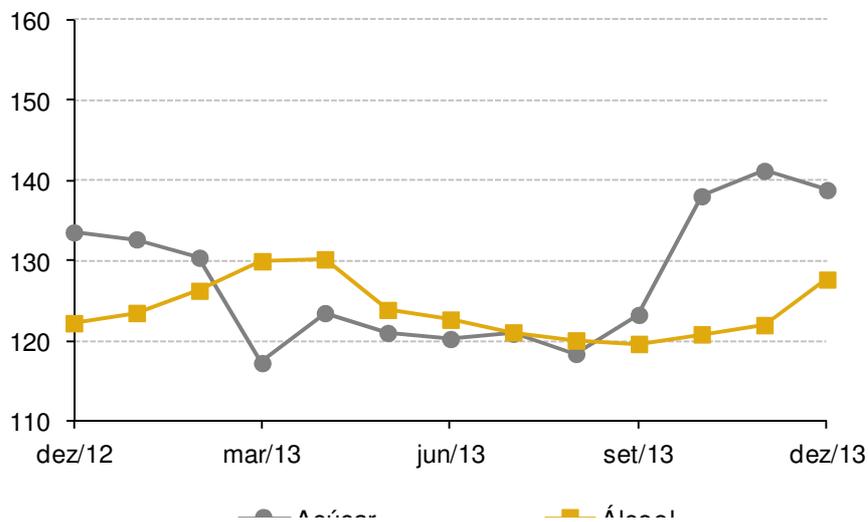
<sup>1</sup>Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.  
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Índice de Preço do Açúcar\* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

\* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

## 4. Gás Natural

### 4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em dezembro de 2013, foi de 82 milhões m<sup>3</sup>, representando um aumento de 7% comparado à média verificada em dezembro de 2012. No acumulado do ano, a produção de gás natural foi 9% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em dezembro de 2013, foi de 32 milhões m<sup>3</sup>/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 85 milhões m<sup>3</sup>/dia. Este montante é 7% inferior ao observado em dezembro de 2012. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 18% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 35% em dezembro de 2013. Em dezembro de 2012, essa proporção havia sido de 32%.

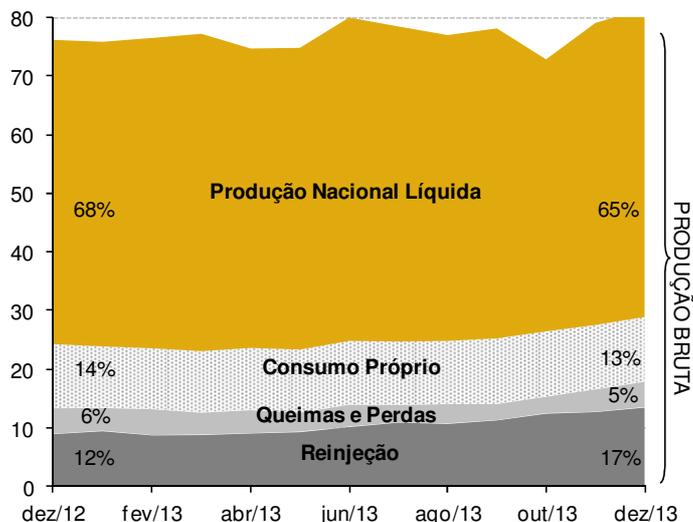
#### Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m<sup>3</sup>/dia)

	Média em Dezembro/2012	Média do período Jan-Dez/2012	Média em Dezembro/2013	Média do período Jan-Dez/2013
<b>Produção Nacional<sup>1</sup></b>	<b>76.182</b>	<b>70.761</b>	<b>81.576</b>	<b>77.193</b>
- Reinjeção	8.966	9.706	13.500	10.601
- Queimas e Perdas	4.325	3.954	4.334	3.564
- Consumo Próprio	10.949	10.600	11.040	10.816
<b>= Produção Nac. Líquida</b>	<b>51.942</b>	<b>46.500</b>	<b>52.702</b>	<b>52.211</b>
+ Importação	39.184	35.850	31.967	45.271
<b>= Oferta</b>	<b>91.126</b>	<b>82.350</b>	<b>84.669</b>	<b>97.482</b>

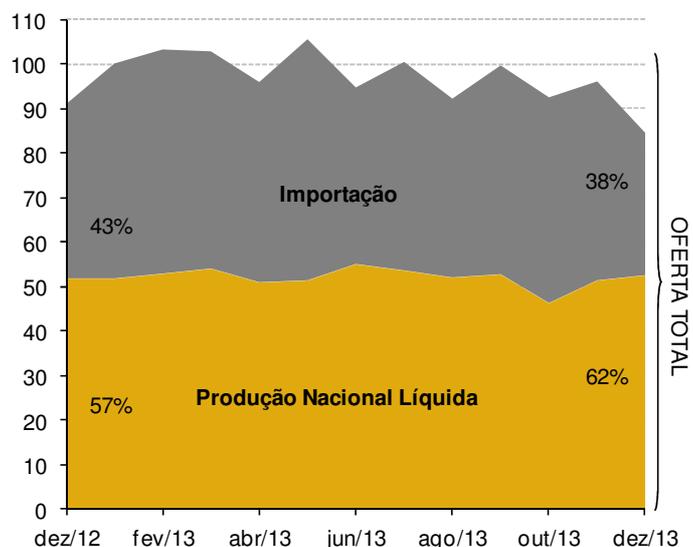
<sup>1</sup>Não inclui Gás Natural Liquefeito.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)



### Oferta Total de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

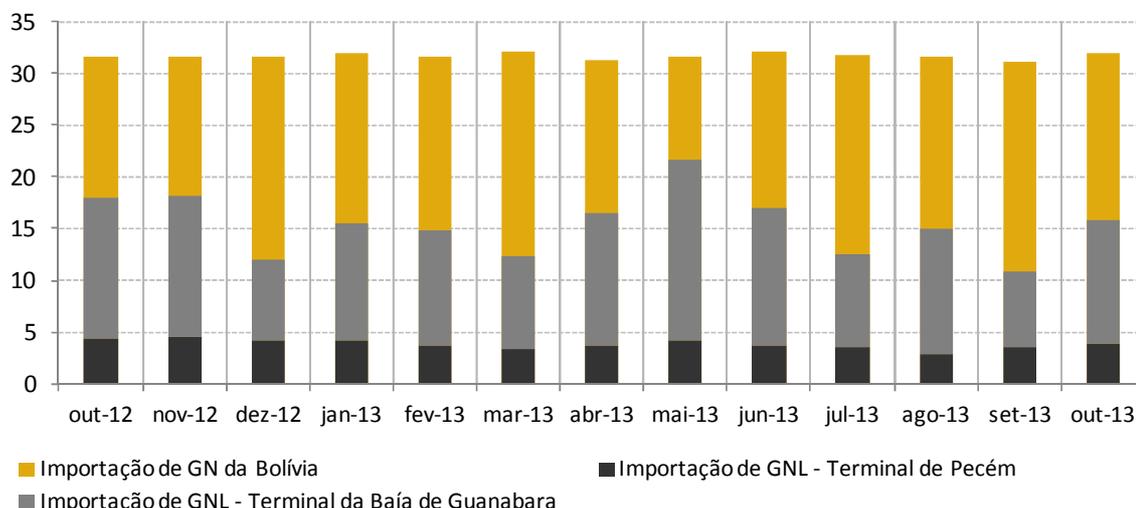
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em novembro de 2013, foi de 32 milhões de m<sup>3</sup>/dia, volume 1% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, a importação média foi de 32 milhões de m<sup>3</sup>/dia, volume 17% superior ao importado no mesmo período de 2012.

Em novembro de 2013, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 15 milhões m<sup>3</sup>/dia, volume 18% inferior ao montante observado em novembro de 2012. De janeiro a novembro de 2013, a importação média de GNL foi de 14 milhões m<sup>3</sup>/dia o que representa um crescimento de 63% no volume importado quando comparado ao mesmo período de 2012..

### Importação de Gás Natural (milhões m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

### 4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em dezembro de 2013 foi, em média, de 61 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Essa média é 7% inferior ao volume médio diário consumido em dezembro de 2012. No acumulado do ano, o consumo apresentou crescimento de 19%.

O setor industrial, em dezembro de 2013, consumiu 26 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, sendo 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial apresentou queda de 1%.

#### Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m <sup>3</sup> /dia)		Variação %	
	Dezembro/2013	Jan-Dez/2013	Dez-2013/ Dez-2012	Acumulado do Ano
<b>Industrial</b>	<b>26.252</b>	<b>28.149</b>	<b>4</b>	<b>-1</b>
Automotivo	5.339	5.125	-4	-4
Residencial	950	1.004	4	9
Comercial	800	747	7	4
Geração Elétrica	23.461	26.152	-8	66
Co-geração*	2.331	2.464	-10	-16
Outros	1.778	3.462	-63	57
<b>Total</b>	<b>60.911</b>	<b>67.103</b>	<b>-7</b>	<b>19</b>

\*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

A manutenção do despacho das térmicas a gás para assegurar o suprimento de energia elétrica do País ancorou o aumento do consumo de gás natural no período. As térmicas utilizaram, em média, 26,2 milhões de metros cúbicos por dia de janeiro a dezembro de 2013, volume 66% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.

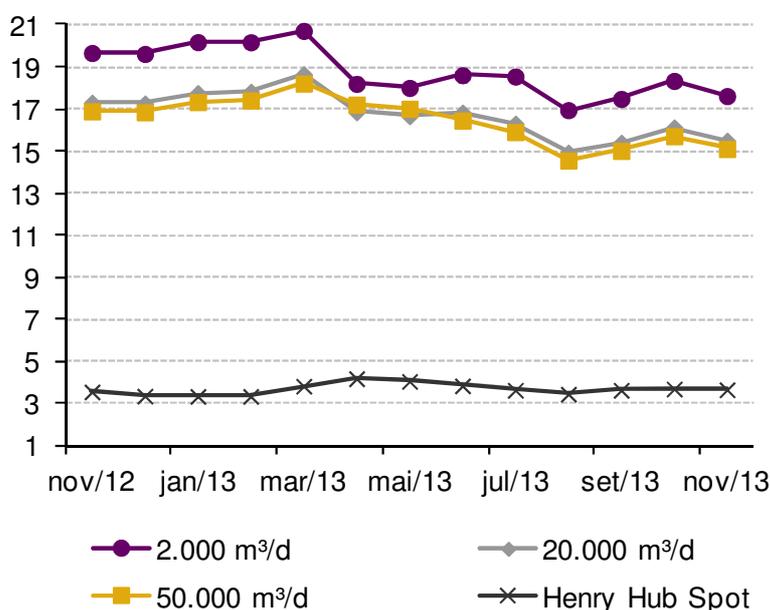
O setor da indústria foi responsável por 43% do consumo de gás natural em dezembro de 2013. O setor foi seguido pela geração elétrica, responsável por 39% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

#### 4.4. Preço do Gás Natural (MME).

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em novembro de 2013, foi de US\$ 16,07/MMBTU, valor 12% superior ao observado em novembro de 2012 (US\$ 17,95/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em novembro de 2013, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,64/MMBTU, valor 3% superior ao apresentado em novembro de 2012 (US\$ 3,54/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

#### Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial<sup>1</sup> e do Mercado Spot Henry Hub<sup>2</sup> (US\$/MMBtU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

<sup>1</sup> Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

<sup>2</sup> Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

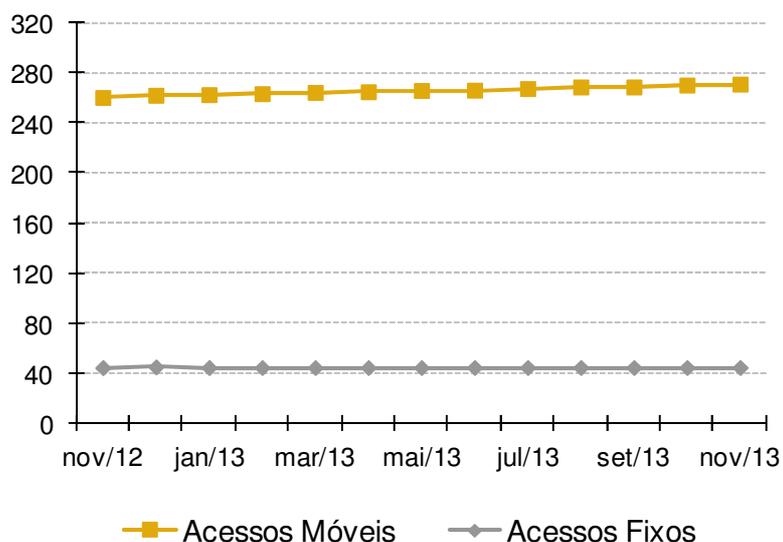
## 5. Telecomunicações

### 5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em novembro de 2013, o número de acessos móveis em operação foi de 271 milhões, montante 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em novembro de 2013, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor próximo ao averiguado em novembro de 2012.

## Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

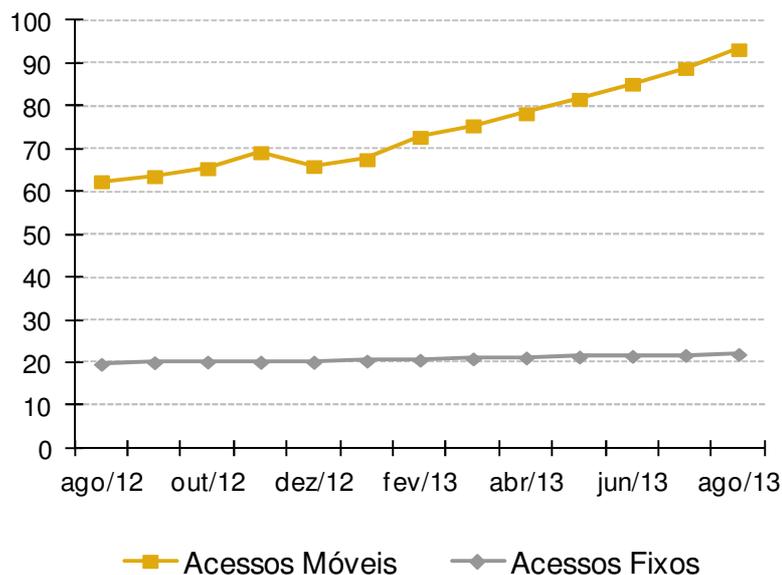
### 5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

Até fechamento desta edição, a ANATEL não havia atualizado os dados referentes aos serviços contratados ativos de internet móvel e fixa. Seguem as últimas informações disponíveis.

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em agosto de 2013 foi de 93,3 milhões, montante 49% superior ao observado no mesmo período de 2012. Em relação a julho de 2013, os acessos de internet móvel foram 5% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de agosto de 2013, um crescimento de 12% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a julho de 2013, os acessos a internet fixa foram 1% superiores.

## Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel<sup>1</sup> e Fixa<sup>2</sup> (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

<sup>1</sup> WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

<sup>2</sup> Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

## 6. Transportes

### 6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em dezembro de 2013, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve uma diminuição de 2% em relação a dezembro de 2012, e a movimentação de granel líquido não apresentou variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em dezembro de 2013, foi 1% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em dezembro de 2013, os TUPs representaram 70% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 49.019 mil toneladas, volume 5% inferior ao de dezembro de 2012. Os portos públicos movimentaram 20.699 mil toneladas em dezembro de 2013, volume 8% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em dezembro de 2013 foi de 752 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 3,5% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

## Movimentação Total de Cargas – por natureza\* (mil t)

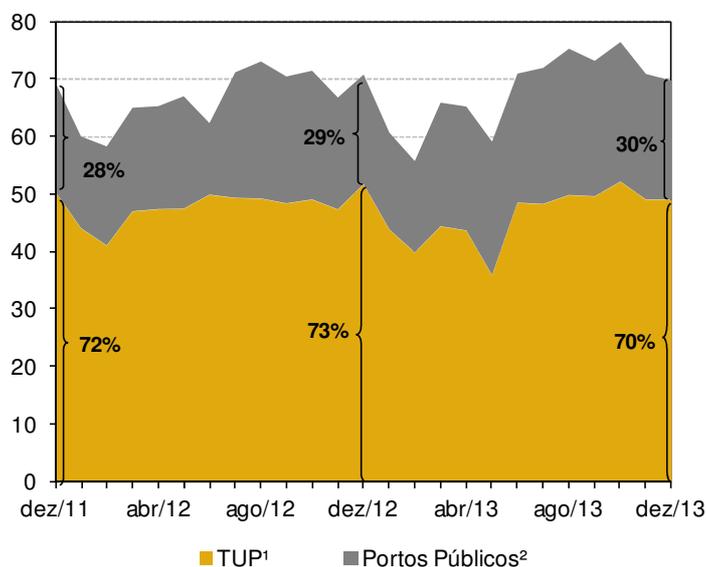
	Período		Varição %
	Dez/2012	Dez/2013	Dez-2013 / Dez-2012
<b>Granel Sólido (a)</b>	<b>47.833</b>	<b>46.806</b>	<b>-2%</b>
<i>Portos Públicos</i>	13.907	15.357	10%
<i>TUPs</i>	33.927	31.449	-7%
<b>Granel Líquido (b)</b>	<b>19.163</b>	<b>19.096</b>	<b>0%</b>
<i>Portos Públicos</i>	4.186	3.995	-5%
<i>TUPs</i>	14.978	15.101	1%
<b>Carga Geral Solta (c)</b>	<b>3.757</b>	<b>3.816</b>	<b>2%</b>
<i>Portos Públicos</i>	999	1.348	35%
<i>TUPs</i>	2.757	2.469	-10%
<b>Total (a+b+c)</b>	<b>70.754</b>	<b>69.718</b>	<b>-1%</b>
<i>Portos Públicos</i>	19.092	20.699	8%
<i>TUPs</i>	51.662	49.019	-5%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

\* Terminais de uso privativo (96 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

## Movimentação Total de Cargas (milhões t)

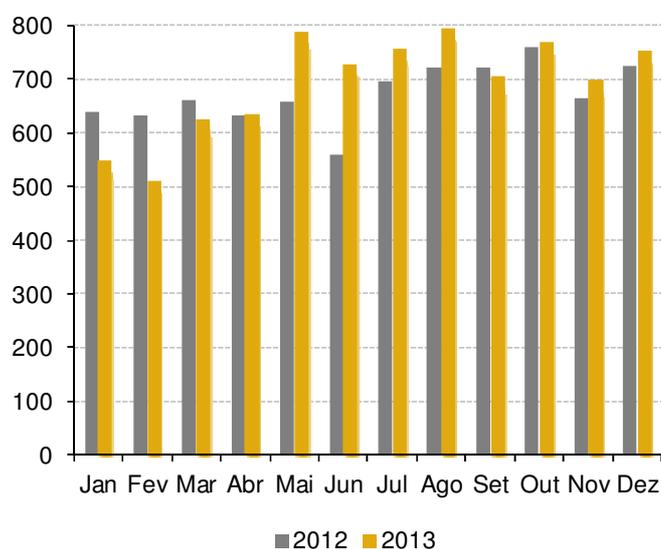


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Terminais de uso privativo (97 instalações)

<sup>2</sup> Portos públicos (32 instalações)

## Movimentação Total de Contêineres\* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Terminais de uso privativo (97 instalações)

<sup>2</sup> Portos públicos (32 instalações)

## 6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

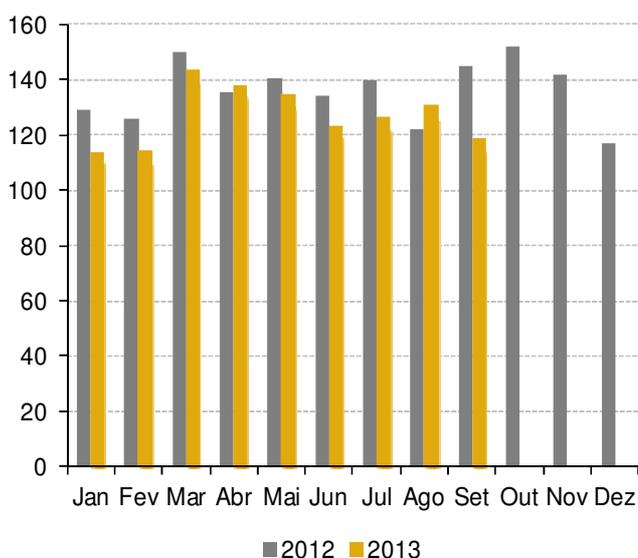
Até o fechamento desta edição, aeroportos privados não divulgaram dados de movimentação de passageiros e cargas. Seguem as últimas informações disponíveis.

Devido às concessões dos aeroportos a Infraero reformulou a metodologia de coleta de dados. Seguem as informações referentes a Infraero Cargo junto às informações disponibilizadas pelas concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília.

Em setembro de 2013, 16,1 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume igual ao ocorrido no mesmo mês de 2012.

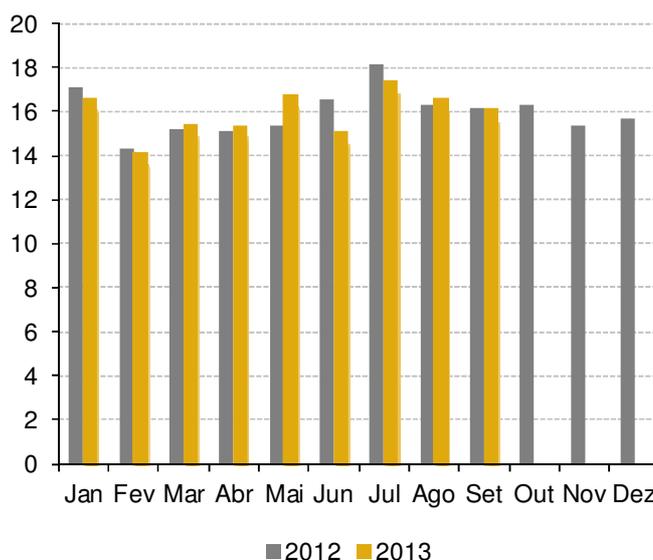
A movimentação de carga aérea total no País, em setembro de 2013, foi de 119 mil toneladas, montante 18% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação mensal de Cargas  
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros  
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

## 6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a dezembro de 2013, foi de 461 milhões de toneladas úteis (TUs), valor similar ao observado no mesmo intervalo de 2012. Nesse período, a movimentação de contêineres foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (20%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado entre janeiro e dezembro de 2013.

## Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Dez

Ano	2013	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Dez (mil TU)	Jan-Dez (mil TU)	acum-13/ acum-12
Minério de Ferro	354.030	348.124	2
Soja e Farelo de Soja	19.770	20.813	-5
Produção Agrícola (exceto soja)	24.825	22.932	8
Indústria Siderúrgica	14.869	16.395	-9
Carvão/Coque	11.549	11.430	1
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	9.130	9.756	-6
Grãos Minerais	7.875	9.094	-13
Extração Vegetal e Celulose	4.949	4.482	10
Adubos e Fertilizantes	4.335	5.383	-19
Indústria Cimenteira e Construção Civil	3.419	4.560	-25
Cimento	2.984	2.998	0
Container	2.936	2.456	20
Carga Geral - Não Containerizada	211	213	-1
<b>Total</b>	<b>460.883</b>	<b>458.636</b>	<b>0</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

#### 6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em dezembro de 2013, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 62 milhões de toneladas, montante 1% inferior ao averiguado em dezembro do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 96%.

## Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	Dez/2013	Jan-Dez/2013	Dez-2013 / Dez-2012	Acumulado do ano
Marítimo	59.012	677.132	-1	4
Fluvial	859	16.149	8	21
Aéreo	83	1.319	-29	-3
Ferrovário	48	609	-11	-3
Rodoviário	819	11.374	-16	1
Outros*	964	11.971	11	26
<b>Total</b>	<b>61.786</b>	<b>718.555</b>	<b>-1</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

\*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

## 7. Investimentos Privados em Infraestrutura

### 7.1. Desembolsos do BNDES

Em dezembro de 2013, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 9,8 bilhões, valor 20% inferior ao aportado em dezembro de 2012.

#### Desembolso mensal BNDES

Setor	Dezembro/2012	Dezembro/2013	Participação %
	R\$ milhão	R\$ milhão	
Refino e Álcool	875	2.082	21
Energia Elétrica e Gás Natural	4.965	5.100	52
Saneamento	143	460	5
Telecomunicações	3.138	405	4
Transporte	3.220	1.783	18
<i>Aéreo</i>	<i>515</i>	<i>0</i>	-
<i>Aquaviário</i>	<i>310</i>	<i>520</i>	-
<i>Terrestre</i>	<i>2.395</i>	<i>1.263</i>	-
<b>Total Infraestrutura</b>	<b>12.341</b>	<b>9.830</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

## 8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

### 8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 2,5 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 82 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 3% do orçamento total de 2014.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,6 bilhões o que representa 19% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2014, foram empenhados R\$ 2,6 bilhões, o que representa 3% da dotação autorizada. Até o dia 29 de janeiro, foram liquidados R\$ 16 milhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 5 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 4,5 bilhões.

### 8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,6 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2014, foram empenhados R\$ 36 milhões (0,2% da dotação). Até o dia 29 de janeiro, não houve valor liquidado nem pago do orçamento. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 402 milhões.

Cerca de 80% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,4 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,2 bilhões, ou 14%), hidroviário (R\$ 243 milhões) e outros (R\$ 780 milhões).

### 8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2014, cerca de R\$ 472 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 7,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 13,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 79,4 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2014.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 3% foram pagos até 29 de janeiro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 5% do total de restos a pagar inscritos.

## 9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2014, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 61,2 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 35% no Ministério das Cidades (R\$ 21,6 bilhões) e 24% no Ministério dos Transportes (R\$ 14,4 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 2 bilhões (4% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 8 milhões até 29 de janeiro. Não houve pagamento realizado. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 6 bilhões. Restam R\$ 64 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

## 10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2013, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 123 bilhões. Foram executados, até o sexto bimestre, investimentos no valor de R\$ 113 bilhões, equivalentes a 92% da dotação autorizada para 2013. Esse valor foi 16% superior ao desembolsado em 2012, no mesmo período.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2013 foi de R\$ 111,6 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 106 bilhões, o que representa uma execução de 95% do autorizado e 94% do total executado.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 83% da dotação autorizada para as Estatais em 2013 e respondeu por 87% da despesa realizada até o sexto bimestre do ano, num total de R\$ 99 bilhões (execução de 96% de sua dotação).

# ANEXOS

## Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2014 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 29/01/2014\*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.636	4	0	0	0	0	0	6	6	1.032
MAPA	1.144	0	0	0	0	0	0	13	13	1.413
MCTI	1.303	93	7	0	0	0	0	37	37	1.256
MDIC	168	1	1	1	1	1	1	0	1	87
MME	135	0	0	0	0	0	0	2	2	85
<b>M. Transportes</b>	<b>15.574</b>	<b>36</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>404</b>	<b>404</b>	<b>13.705</b>
M. Comunicações	60	0	0	0	0	0	0	6	6	159
MMA	174	1	0	0	0	0	0	2	2	130
MDA	667	0	0	0	0	0	0	403	403	3.944
M. Defesa	9.385	2.201	23	0	0	0	0	1.788	1.788	5.937
M. Int. Nacional	7.631	3	0	0	0	0	0	142	142	6.377
M. das Cidades	10.071	10	0	0	0	0	0	137	137	14.743
Outros**	33.953	274	1	15	0	3	0	1.519	1.523	33.549
<b>Total</b>	<b>81.899</b>	<b>2.623</b>	<b>3</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>4.459</b>	<b>4.463</b>	<b>82.416</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

\*\* Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

## Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2014 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 29/01/2014\*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.196	4	0	0	0	0	0	4	4	1.627
Hidroviário	243	0	0	0	0	0	0	1	1	366
Rodoviário	12.355	21	0	0	0	0	0	390	390	11.146
Outros	780	11	1	0	0	0	0	7	7	548
<b>Total</b>	<b>15.574</b>	<b>36</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>402</b>	<b>402</b>	<b>13.686</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

## Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2014

### Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 29/01/2014\* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	472	-0	329	143
União	7.683	-42	2.376	5.265

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

### Restos a Pagar Não-Processados

Valores em final de período - atualizados até 29/01/2014\* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	13.639	-2	75	13.562
União	79.375	-142	2.082	77.151

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

## Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2014 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 29/01/2014\*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.344	0	0	0	0	0	0	225	225	1.356
M. Planejamento	2	0	4	0	0	0	0	0	0	0
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	6.629	6	0	1	0	0	0	557	557	6.260
M. Minas e Energia	247	9	3	7	3	0	0	15	15	301
M. Saúde	2.397	7	0	0	0	0	0	131	131	3.720
M. Transportes	14.428	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Cultura	166	1	1	0	0	0	0	50	50	513
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	50	50	513
MDA	38	0	0	0	0	0	0	397	397	3.024
M. Defesa	4.943	2.187	44	0	0	0	0	1.581	1.581	2.562
M. Integr. Nacional	6.067	2	0	0	0	0	0	106	106	4.277
M. Turismo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1.579
M. Desenv. Social	643	0	0	0	0	0	0	50	50	697
M. Cidades	21.584	11	0	0	0	0	0	2.217	2.217	23.352
<b>Total</b>	<b>61.176</b>	<b>2.259</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.970</b>	<b>5.970</b>	<b>63.527</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2013  
Estatais e Agências de Fomento

R\$ milhão

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.
Minas e Energia	111.556	106.435
Comunicações	1.334	861
Transportes <sup>1</sup>	0	-
Defesa	15	15
Outros	10.324	6.180
<b>Total</b>	<b>123.230</b>	<b>113.491</b>

<sup>1</sup>Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.
Produção Industrial	2.167	1.589
Energia Elétrica	9.314	7.921
Combustíveis Minerais	92.208	90.239
Transporte Aéreo	1.905	1.543
Transporte Hidroviário	2.673	1.494
Transportes Especiais	4.259	3.316

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.
Indústria	1.563	1.206
Comunicações	1.305	859
Energia	110.167	105.275
Transporte	3.720	2.121

Fonte: Portaria n.º 196/2013 do MPOG.

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.
Grupo Eletrobrás	8.731	7.218
Grupo Petrobras	102.825	99.216
Cias DOCAS <sup>2</sup>	1.663	471
Infraero	2.030	1.640

<sup>2</sup>Despesas alocadas na Secretaria de Portos

Documento elaborado com dados disponíveis até 5 de fevereiro de 2014.